

A dívida externa preocupa

■ Passivo de US\$ 159 bilhões é recorde. Economistas temem as consequências para o país em caso de turbulência internacional

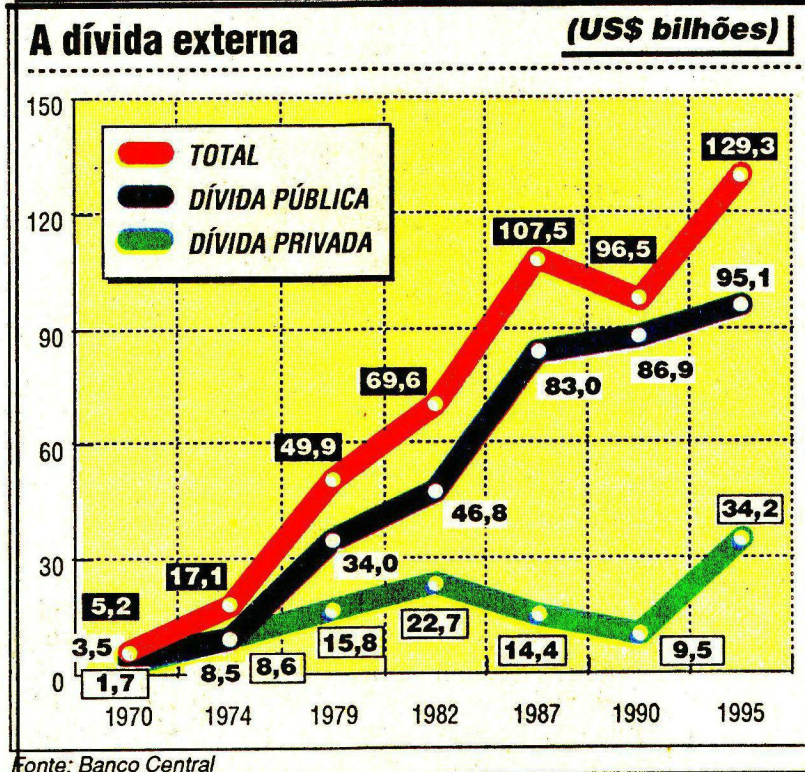
José Roberto Serra — 31/10/95

MARIA LUIZA ABBOTT E
SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA — O Brasil está vivendo um novo ciclo de endividamento externo. A dívida externa é um recorde e já bate em US\$ 159 bilhões. O serviço — pagamento de juros e amortizações — custará, em 1996, cerca de US\$ 25,4 bilhões, de acordo com projeções da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Esse valor corresponde à metade das exportações previstas para o ano. Pouco, se comparado com o que aconteceu nos anos 1980, auge da crise externa do país. Mas muito, se alguma turbulência internacional, como a elevação dos juros no mercado americano, mudar as condições de financiamento e provocar uma revoada de capitais para fora do país.

Uma crise não é iminente, na opinião de técnicos do governo e economistas do setor privado. No entanto, a lembrança dos sucessivos processos de ciclo de endividamento externo e crises internas pela falta de condições de pagamento, que se repetem desde o início do século, já acende os primeiros sinais de alerta. “O governo imagina que o fluxo de entrada de capitais é permanente, mas isso depende da conjuntura internacional. É um sistema arriscado”, afirma o ex-ministro e deputado Delfim Netto (PPB-SP).

Delfim Netto fala com conhecimento de causa. Era ministro e par-



ticipou do processo de endividamento no governo Médici e, novamente como ministro, viveu a crise cambial do início dos anos 80, no governo Figueiredo. Os técnicos acham que a situação é bem diferente.

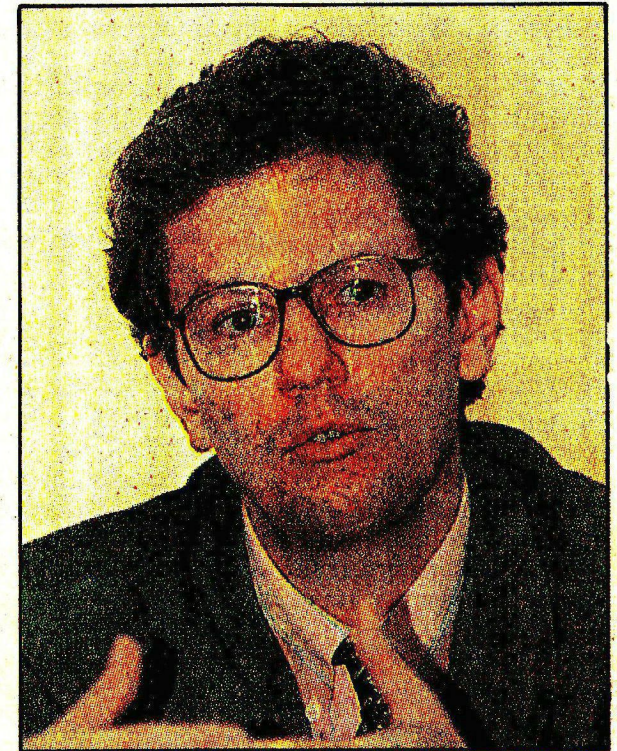
Diferenças — A dívida daquela época estava concentrada no setor público, era com bancos e a juros flutuantes. Acabou sendo rolada por 30 anos num acordo fechado em 1994, pelo atual ministro

da Fazenda, Pedro Malan. Agora, esse novo processo de endividamento envolve principalmente o setor privado, com investimentos diretos e de portfólio (bolsas de valores).

“Até mesmo em um cenário catastrófico, nada indica que teremos qualquer problema de financiamento. O estoque da dívida tem um prazo médio de sete anos e mesmo que por qualquer motivo não se



Delfim Netto: “Fluxo de capitais não é permanente”



Nogueira Batista Jr: troca de papéis na economia

pudessem captar recursos no mercado externo, teríamos reservas para pagar”, avalia o chefe do Departamento de Registro de Capitais, Márcio Cartier.

“Entro em pânico com essa falta de memória. Será que não aprendemos, em todo esse processo, que toda dívida é refinanciável até que deixa de ser?”, questiona o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, integrante da equipe do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que

decretou moratória em fevereiro de 1987.

Papel trocado — Até o início dos anos 80, o Brasil viveu um processo de endividamento e pagamentos crescentes. O discurso do então ministro Delfim Netto também afastava qualquer problema de financiamento. “Dívida não se paga, se rola”, dizia em resposta às críticas pelo aumento da dívida que faziam os economistas de oposição, como o atual ministro Malan.

“O processo é semelhante, apenas os personagens trocaram de lugar. Aprendemos que dívida se paga sim. E dolorosamente com a perda de dez anos de crescimento”, lembra o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Paulo Nogueira Batista Júnior, que também integrou a equipe de Funaro. “Malan assumiu uma nova etapa de acumulação de passivos externos e o Delfim se tornou um dos principais críticos”, resume o economista.